

# ENTREVISTA

**A QUESTÃO FILOSÓFICA MAIS IMPORTANTE  
É SEMPRE UMA QUESTÃO DO PRESENTE:  
ENTREVISTA RICARDO TERRA**

Ricardo Terra é conhecido, principalmente, por sua longa e relevante produção sobre o pensamento kantiano. Em livros como *A política tensa: Idéia e realidade na filosofia da história de Kant* e *Passagens: Estudos sobre a filosofia de Kant*, Ricardo Terra aborda, pelo viés do pensamento político, os escritos de Immanuel Kant. Mas seus trabalhos não se limitam somente a refletir sobre o pensamento kantiano. A atividade como docente e pesquisador o levaram a refletir também sobre o ensino de filosofia no país em seus vários níveis. Outro tema importante de suas reflexões atuais é o papel da filosofia no debate público contemporâneo. Foi com o intuito de discutir o tema central desse dossiê – a filosofia e o debate público no Brasil – que a *Revista Idéias* entrevistou Ricardo Terra no final de novembro de 2011. A discussão sobre a relação entre a filosofia e o debate público suscitou várias outras questões contíguas, que acabaram por transpassar a entrevista. A primeira delas foi a história da implantação da filosofia e seu posterior desenvolvimento em solo brasileiro. Nesse tema transversal, Ricardo Terra destacou o impacto do golpe de 1964 em sua formação (na USP) e como esse impacto afetou a posição da filosofia e do intelectual-filósofo na esfera pública. Também tocou na questão de seu principal objeto de estudos, o pensamento kantiano estudado pelo viés da política, e como a escolha desse objeto se relaciona com suas posições políticas e intelectuais. Outra questão levantada foi a situação do ensino e pesquisa de filosofia nas universidades, e como esta afeta diretamente a qualidade da participação do intelectual-filósofo na esfera pública. Além dessas questões, também foi alvo de seus comentários a situação da tradução na área de filosofia no país e como essa tradução colabora para a qualidade dos debates em filosofia; o papel da indústria

cultural na expansão da filosofia no país; a interdisciplinaridade como necessária à filosofia; e as agências financiadoras de pesquisa.

Ricardo Terra é professor da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), foi presidente da *Comissão de Consultores da Área de Filosofia/Teologia da CAPES* (1991 a 1995), membro do *Comitê de Assessoramento de História e Filosofia do CNPq* (2002-2005) e presidente da *Sociedade Kant Brasileira* (2006-2010). Atualmente é editor dos *Cadernos de Filosofia Alemã*, editor associado da revista *Analytica*, pesquisador principal de projeto temático da FAPESP: *Moral, Política e Direito: Autonomia e Teoria Crítica*, que é desenvolvido no CEBRAP. É também coordenador do *Acordo CAPES/COFECUB 718/11 Democracia, poderes e direito* (USP, UFPR, Rennes II, Paris I) pela parte brasileira, membro da coordenação de *Ciências Humanas (Filosofia) da FAPESP* e membro da *CERT/USP*.

\* \* \*

**REVISTA IDÉIAS:** *Para começar gostaríamos que o senhor comentasse um pouco sua trajetória pessoal, sua formação acadêmica. Gostaríamos que comentasse como avalia sua formação, quais foram seus interesses teóricos no momento em que cursava a graduação e o que o levou a escolher como objeto de pesquisa o pensamento de Kant.*

**RICARDO TERRA:** Na adolescência fui católico e participava, em Minas Gerais, de um movimento que se chamava Juventude Estudantil Católica – JEC, que era parte da Ação Católica, junto com a JUC – Juventude Universitária Católica – e JOC – Juventude Operária Católica. Quando terminei o primeiro científico, fui convidado a participar da comissão do grupo que dirigia a Regional [da Juventude Católica], me dirigi então de Uberlândia para Belo Horizonte. No terceiro científico, na verdade passei para o clássico, virei coordenador nacional desse movimento. Então tive que me mudar para o Rio de Janeiro. Por causa de minhas atividades no movimento tive de viajar o tempo todo, percorrendo grande parte do Brasil; o colégio era uma das últimas de minhas

preocupações. Cruzava-se nessas atividades a atividade religiosa com a política. Grande parte de minhas preocupações em filosofia vem dessas atividades. A radicalização da ação política no interior dos movimentos católicos levou à formação da Ação Popular, que começou com uma forte influência do Padre Vaz. Padre Vaz tinha a intenção de pensar uma perspectiva de esquerda que não fosse materialista e determinista. Havia elementos marxistas, mas o núcleo era de um certo pensamento cristão, fortemente hegeliano. Nesse quadro minha militância política e religiosa estava vinculada a uma reflexão filosófico-ideológica, e com o tempo a filosofia levou-me a afastar da religião. Deixei de ser católico e esse foi o fim do meu envolvimento com o movimento nacional [da Juventude Estudantil Católica]. Bem, estamos falando de 1965, 1966. O próprio movimento estudantil católico dessa época era político-religioso. Tanto é assim que a Igreja acabou com esse movimento, porque estavam perdendo seu controle. Como eu achava que os melhores cursos universitários estavam em São Paulo e como, na época, minha concepção de filosofia estava intimamente ligada a minha atividade política, achei que seria bom me mudar para São Paulo e fazer os dois cursos: Filosofia e Sociologia. Minha intenção era fazer Filosofia na PUC e Sociologia na USP. Mas os tempos não deixaram. No fim de 1967 estava na PUC fazendo Filosofia e fui eleito presidente do Centro Acadêmico. Em 1968 nós montamos um curso de Filosofia na PUC paralelo ao oficial. Houve uma greve geral e nós escolhemos os professores e remodelamos completamente a grade curricular. Um dos cursos, por exemplo, que nós montamos era sobre Marcuse, com Mauricio Tragtenberg. Resultado final do curso paralelo: todos nós fomos reprovados porque nosso curso não foi reconhecido. Nesses dois anos, estudei muito economia, porque fui assistente de um professor de economia. Trabalhava para ele fazendo um levantamento de dados no arquivo estadual. E a partir daí percebi que a pesquisa empírica não era minha vocação... [risos]. Mas foi uma experiência muito rica. Pensei o seguinte: não precisava fazer os dois cursos (Sociologia e Filosofia) e comecei a fazer Filosofia em 1969 na USP. Estavam previstos vários professores para

o primeiro ano: Giannotti, Ruy Fausto, Helena Hirata e Rolf Kuntz. O Ruy teve que se refugiar na França, logo depois foi a vez da Helena. E o Giannotti foi aposentado pela ditadura. Ficou só um professor para o primeiro ano. Fiquei desapontado, já que tinha saído da PUC e ido para a USP estudar Filosofia. O que nos salvou em parte foi que em 1970 fundou-se o CEBRAP. O Giannotti convidou alguns alunos para fazer seminários lá. Eu estudava como um louco. O Giannotti fez um “pequeno” programa: fizemos alguns seminários sobre a *Wissenschaftslehre* de Fichte, alguns textos sobre Schelling para finalmente ler a Grande Lógica de Hegel. E até hoje participo da área de filosofia do CEBRAP. Outra coisa que salvou minha formação foi nossa auto-organização: Luiz Henrique Lopes dos Santos, Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luiz Roberto Monzani e eu tínhamos um seminário que era realizado na casa do Carlos Alberto. Lemos com paciência a *Crítica da razão pura* e textos de Hegel. Outra coisa foi importantíssima: fiz iniciação científica com a Maria Silvia Carvalho Franco. Ela orientou minhas leituras de sociologia e economia: lia Parsons, Merton e muito Weber. A pesquisa propriamente dita foi sobre os textos metodológicos de Weber, o que me levou a ler os neokantianos. A partir dos neokantianos, acabei caindo em [Immanuel] Kant. Mas tem outro fio. Naquele momento não era mais católico. Na minha experiência política mantinha certa distância com relação à tradição do PC, tanto pela posição política como também por causa do marxismo. Pois tinha uma dificuldade enorme de aceitar qualquer tipo de determinismo histórico. Não é gratuito eu ter ido para Weber. Como não foi gratuito ter ido para Kant. Se pudéssemos fazer uma brincadeira, eu estava esperando a vinda do Habermas [risos]. Mais tarde, Habermas, para mim, teve uma importância enorme. Não me convencia, em grande parte, o determinismo histórico. Era de esquerda, não podia aceitar o socialismo real, apesar de não ser trotskista tinha lido muito Trotsky e Lefort. Essa minha ida para Weber e depois Kant expressa um pouco essa inquietação sobre o quadro político nesse período. Minha decisão em estudar filosofia

e Kant veio da atuação política, e muito cedo me interessei pela social-democracia alemã. Nos anos em que preparava meu doutorado, li muito sobre os debates da social-democracia no fim do século XIX e início do XX. Li a *Die Neue Zeit*, que era editada por Kautsky e também *Sozialistische Monatsheft*, de Bernstein. Durante dois anos eu ficava horas e horas lendo esse material na Bibliothèque Nationale, em Paris. Nessas revistas havia uma discussão sobre a volta a Kant, porque na visão de Bernstein, Hegel levava ao determinismo. Continuava a procurar o Habermas [risos]. Mas, de qualquer forma, no meu período na França, onde fiz parte da pesquisa para o doutorado (antes tinha passado alguns meses em Mainz), passei mais tempo lendo sobre movimento operário italiano e sobre a social-democracia alemã do que sobre Kant, seguindo o conselho do meu orientador francês. Ele disse: “Compre os livros sobre Kant e leia-os no Brasil. Aproveite aqui na França tudo que não tem no Brasil, museus, teatros, bibliotecas, etc.”. O único jeito de conhecer alguns temas naquela época era ir à Biblioteca Nacional e ler lá mesmo. É bom lembrar que na época não existia internet.

**REVISTA IDÉIAS:** *Em seus livros e artigos sobre Kant, o senhor se utiliza dos conceitos de “tensão” e “passagens” para organizar sua leitura do pensamento desse filósofo. Além disso, o senhor põe em relevo o pensamento político de Kant, algo que não é nada óbvio no contexto brasileiro da pesquisa sobre o pensamento kantiano. No que difere sua leitura de outras que são feitas aqui no Brasil?*

**RICARDO TERRA:** Fui contratado no departamento de Filosofia da USP em 72. Nós tínhamos uma forte tradição kantiana e hegeliana, mas em uma vertente francesa; uma forte filosofia alemã, de altíssimo nível, mas via França. Houve na década de 1970 uma retomada muito forte do conceito marxista de “miséria alemã” para pensar a América Latina. Na minha tese de doutoramento emprego o conceito para analisar a filosofia kantiana. Naquele momento eram importantes o artigo

fundamental de Roberto Schwarz *As Idéias fora do Lugar*, o trabalho do Paulo Arantes, quando este fazia relevantes trabalhos sobre Hegel e o idealismo alemão, não o Paulo Arantes “apocalíptico” de hoje. Isso tudo me ajudou a formular algumas questões a partir de Marx e da tradição da Teoria Crítica. Ou seja, a insistência na dupla temporalidade, do pensamento e da história econômica e política, e o descompasso entre ambas. A dialética é uma maneira de enfrentar esse descompasso. Adorno fala disso, Habermas também. Mas eu estava pensando em enfrentar essa questão de outra maneira, não na dialética, mas sim no pensamento kantiano. Achava que a noção de tensão kantiana era uma maneira de lidar com essa dupla temporalidade. A riqueza de Kant está em que ele mantém juntos elementos que geralmente estão separados. E nesse descompasso está a possibilidade da crítica. O descompasso é a condição da crítica. A questão filosófica mais importante é sempre uma questão do presente. As questões políticas que vivi naquele momento, me colocaram problemas filosóficos que exercitei na minha tese sobre Kant. Tanto é assim que mais tarde, além de trabalhar com a ideia de *tensão*, tentei mostrar que o sistema kantiano não estava pronto desde o início. Ele foi se modificando, ampliando em seus desenvolvimentos. Daí a necessidade de um outro conceito, que é a noção de *passagem*. Em Kant, não se tem conservação/superação, mas sim *passagem*, que é outra maneira de trabalhar com a relação de planos distintos. Ou seja, as dicotomias em Kant são experimentadas de maneira própria à sua filosofia, muito diferente de Hegel. Minha preocupação era histórica e sistemática. As noções de *tensões* e *passagens* se vinculam a uma perspectiva histórica e sistemática. Por isso, quando li Habermas foi uma surpresa, pois nele há reconstrução e uma teoria do discurso. Para mim era muito familiar isso. Há ao mesmo tempo uma teoria democrática e uma teoria da racionalização, que convive com certa *tensão*. A Teoria Crítica foi uma revelação para mim. Quanto aos estudos kantianos no Brasil, estes são muito fortes hoje. Inclusive, saiu um livro há um tempo atrás que enumera quatro escolas. Uma liderada pelo professor Guido de Almeida, outra liderada por Zeliko Loparic,

outra liderada por Valério Rohden e finalmente outra, política, da qual participo. Depois disso, a filosofia cresceu demais no Brasil. Hoje não são só essas quatro linhas.

**REVISTA IDÉIAS:** *Então pode se dizer que os estudos kantianos no Brasil estão consolidados.*

**RICARDO TERRA:** Sim, estão justamente por causa dessa pluralidade. A Sociedade Kant Brasileira ficou tão forte que foi possível trazer para o Brasil (para a USP) o Congresso Internacional Kant em 2005. Nunca antes o congresso da Kant Gesellschaft foi realizado fora da Alemanha e EUA. A vinda para São Paulo foi uma mudança nisso. E é algo muito relevante. Os estudos kantianos estão consolidados no Brasil.

**REVISTA IDÉIAS:** *No começo da década de 90 o senhor afirmou que havia o surgimento de uma cultura de tradução no Brasil e, naquele momento, o senhor se perguntava se haveria uma consolidação dessa cultura. Como avaliar essa cultura nos dias de hoje? Gostaria também que indicasse a que a filosofia feita no Brasil pode ganhar com esse tipo de cultura.*

**RICARDO TERRA:** Na época, disse isso por ocasião da publicação da revisão que Marcio Suzuki fez da tradução de Roberto Schwarz das Cartas sobre a educação estética, de Schiller. Foi um sinal interessante de certa maturidade, frente à ilusão de querer começar do zero, o que é um equívoco grosseiro, como se não houvesse uma espécie de acumulação. Ora, há acumulação sim. E foi muito promissora essa revisão da tradução anterior. Promissora porque um professor consagrado permitiu que um jovem revisasse a sua própria tradução. Primeiro, a maturidade de um intelectual consagrado, que permite que um intelectual mais jovem faça um trabalho desse tipo. Segundo, um sinal interessante de consolidação de uma tradição de traduções e de ampliação de elementos fundamentais da cultura. Acho que há bons sinais desse tipo [de



trabalho]. Hoje existe a preocupação em vários lugares do Brasil de constituir grupos de tradução, e tradução levada a sério. Mas isso não significa que existam muitas traduções boas no Brasil. Não é isso que estou dizendo. Estou dizendo que existem trabalhos de qualidade que dialogam e isso continua no presente. Mas existe ainda muita picaretagem. O importante é que muitos continuam a tradição do Rubens Torres [Rubens Rodrigues Torres Filho], outros a tradição do Valério [Rohden] e daí por diante. E depois disso, a tradição do Guido [Antônio de Almeida], que já traduziu de maneira exemplar Adorno, Habermas e agora a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

**REVISTA IDÉIAS:** *O senhor acha importante a prática dessas traduções para formar e ampliar uma espécie de vocabulário filosófico no país?*

**RICARDO TERRA:** Acho absolutamente fundamental. A tradução vai junto com escrever em português. Há uma imensa discussão nos processos de avaliação, se se deve escrever só em línguas estrangeiras, só publicar no exterior. Absolutamente não! Temos que criar uma cultura filosófica brasileira. Não é brasileira, mas no Brasil. E nós já temos densidade suficiente para ter debates no Brasil. Não estou falando de forma nenhuma em filosofia brasileira. Estou dizendo o seguinte: se a filosofia tem um pé internacional, ela tem um pé em questões específicas do mundo. Ora, a língua portuguesa e o Brasil constituem uma parcela do mundo. Quem tem uma reflexão sobre esse domínio, necessariamente também vai ter uma expressão em português disso. Acho que a questão fundamental da tradução é um esforço de pensar a filosofia internacional no Brasil. Estou falando também em escrever artigos em português. Nós temos que, no debate filosófico, criar os termos em português, tanto na tradução quanto no debate. Veja: nós estávamos falando do Kant e temos divergências, escolas diferentes de estudos kantianos que poderiam criar um rico debate no Brasil e não ter a pretensão equivocada de que cada grupo deveria debater com um americano qualquer. Temos frequentemente um empobrecimento da filosofia brasileira por uma exigência

equivocada da internacionalização. Sou absolutamente favorável à internacionalização. Particpei de todas as agências, e em todas as agências fui favorável à internacionalização. Mas para se ter internacionalização, é necessário também um intenso e criativo debate no Brasil. Um debate sobre tradução vai junto com uma reflexão filosófica, que está em nível internacional, mas que pode ter um *start* por uma questão nacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, pode se dizer que há uma densidade de crítica americana. Mas o debate fica meio pobre às vezes, fica-se discutindo um pedacinho do argumento de um bom texto, e o outro discute o pequeno argumento do outro, e assim por diante. E fazem uma cadeia de pequenos argumentos. Ora, isso é pobre. E pobre também quando o debate americano não leva em conta o debate alemão e muitas vezes redescobre a roda com estrondo. O pior é quando os alemães ficam discutindo os pequenos argumentos dos americanos. Ora, o debate sobre a tradução e o debate sobre a interpretação dos autores em português é da maior relevância. Ambos vão juntos.

**REVISTA IDÉIAS:** *Em que medida o senhor acha que discutir tradução é uma forma de trazer a tradição filosófica para o Brasil?*

**RICARDO TERRA:** Não só a tradição. A tradição é condição de pensamento. Nós estamos trazendo a tradição em condições de pensamento. Não é que a filosofia brasileira só vai pensar a ciência brasileira, mas também vai pensar. Não vai pensar só a arte brasileira, mas também vai pensar. É claro que acho que de tanto em tanto é possível articular uma síntese de um pensamento e publicar no exterior, mas alguns debates importantes não serão publicados no exterior. Como muitas polêmicas pequeninhas, “americanas”, só revistas americana é que publicam. É muito importante pensarmos a tradução e a criação de um substrato para o pensamento em língua portuguesa do Brasil. Mas acho que é muito importante não desvincular a tradução, sozinha. A tradução é uma maneira de se ter elementos da tradição que, como a filosofia, sempre tem um olhar na tradição e outro no presente. Ora, uma parte da nossa reflexão necessariamente vai levar em conta nosso

contexto.

**REVISTA IDÉIAS:** *O pensamento também está vinculado à língua.*

**RICARDO TERRA:** O pensamento também se vincula à língua. Você tem que ter uma expressão do pensamento numa língua. Por outro lado, é possível a questão passar para outra língua. Por isso que acho que a internacionalização também é importante. Acho que o enfrentamento do nosso debate quando ele é original pode extravasar para o exterior e entrar no debate internacional, que é interessante e relevante. Esse equilíbrio não tem regra. As discussões sobre as traduções também já é uma discussão sobre o pensamento.

**REVISTA IDÉIAS:** *O senhor acha que o que foi iniciado nos anos de 1970, com algumas traduções, começou a se expandir só recentemente?*

**RICARDO TERRA:** Como a indústria cultural pode favorecer o pensamento? Acho que se nós formos pensar em tradução de filosofia no Brasil, vamos ter que fazer uma referência à Abril Cultural, à coleção *Os Pensadores*. Ela deu um salto na qualidade da tradução de filosofia no Brasil. E foi uma mudança na qualidade dos cursos de filosofia. Fora alguns cursos privilegiados, outros cursos espalhados pelo Brasil não tinham biblioteca. Tinham-se disponíveis apenas manuais muito ruins. A indústria cultural teve esse efeito paradoxal. Ou seja, a própria indústria cultural tem efeitos paradoxais. Por isso acho que Habermas tem razão, o efeito da indústria cultural é às vezes ambivalente, e no caso da coleção *Os Pensadores* foi ambivalente. Como vendia em banca, e vendia uma quantidade enorme, isso possibilitou pagar muito bem os tradutores. Foi possível então uma tradução primorosa da *Wissenschaftslehre* de Fichte, tradução publicada na coleção *Os Pensadores* feita pelo Rubens [Rodrigues Torres Filho]. Eram livros encadernados, azul com dourado, horrorosos, mas que para o gosto da época era perfeito, pois enfeitava sala de estar. Na época era bonito ter livro em sala de estar. E, nesse sentido, é indústria cultural, não está só vendendo um livro, uma capa, um metro de capa. Mas

de onde vem o lado ambivalente?

**REVISTA IDÉIAS:** *No barateamento, por exemplo. É feito em massa...*

**RICARDO TERRA:** E isso possibilitou traduções de alto nível, que teve um reflexo nos cursos de filosofia do Brasil. Se vamos pensar na mudança da tradução – não são todas as traduções boas – salvou-se uma boa parte dos volumes dos pensadores. Com *Os Pensadores* há uma virada. Antes, havia traduções isoladas, claro. Por exemplo, aquela obra-prima, que são as *Obras Escolhidas* de Descartes, traduzida uma parte pelo Bento Prado [Jr.] com notas do [Gerard] Lebrun. Mas é um volume isolado. Ou a tradução do *Tractatus* pelo Giannotti, fundamental. Mas são coisas isoladas. Depois dos *Pensadores* acho que houve uma mudança.

**REVISTA IDÉIAS:** *Essa questão das traduções traz consigo uma outra questão a respeito do ensino de filosofia no Brasil. Nos últimos anos o senhor publicou alguns textos levando em conta inclusive a história da implantação da filosofia no Brasil, tendo em vista a implantação da universidade no país e a transformação dos cursos nesse período. O que o motivou a lidar com essa questão e a publicar a respeito?*

**RICARDO TERRA:** Foi a constatação de uma mediocrização dos cursos de filosofia. Vou pegar o exemplo de São Paulo. Na filosofia em São Paulo – claro houve a influência francesa, não vamos retomar tudo isso – havia uma preocupação nos anos 60 com o rigor, de fazer uma filosofia rigorosa. Há um artigo do Marcos [Nobre, *A filosofia da USP sob a ditadura militar,*] que é muito importante para entender isso. Por que a filosofia tem certa importância no período da ditadura? Por que a filosofia resiste mais aos ataques da ditadura do que outras disciplinas, do que as ciências sociais, por exemplo? O Marcos [Nobre] mostrou que foi justamente a preocupação com a análise de texto e com a história da filosofia, isto é, a densidade da história da filosofia deu oxigênio para filosofia naquele período. Mas o problema é que esse oxigênio acabou. Houve a redemocratização. Dizendo de outra maneira:

criou-se na década de 70 e 80 a ideia de que a filosofia da USP era boa porque era uma história da filosofia boa, rigorosa, estruturalista. Isso é um equívoco. Pode ter sido uma estratégia de sobrevivência na década de 70. Se você pensa na *Origens da Dialética do Trabalho* de Giannotti é evidente que é um livro rigoroso com profundas análises de texto. Mas dizer que está desvinculado do debate filosófico, político, nacional, é um equívoco grosseiro. É ao mesmo tempo história da filosofia e filosofia, e política. Mesmo a tese do Rubens [Rodrigues Torres Filho] sobre Fichte, algo abstrato ao extremo. Era mera história da filosofia desvinculada da cultura? Claro que não. Há uma concepção estética do Rubens que o quadro hegeliano não daria conta na perspectiva que importava para ele e, mais tarde, ele vai estudar os românticos alemães, Novalis, etc. numa perspectiva fichteana. O que o Rubens está mostrando ali? Fichte não é o caminho para Hegel. Há uma maneira de ler o Fichte apenas como uma etapa em um caminho: Kant, Fichte, Schelling, Hegel. O Rubens está dizendo: não, é Fichte! E é possível então pensar toda uma dimensão estética a partir do Fichte. É uma postura filosófica estética dele. Se lermos o *Almanaque*, que é uma revista interessantíssima da década de 70, começo de 80, podemos ver a força do Rubens e da perspectiva estética. Minha preocupação é esta: foi importante o método da análise estrutural para a sobrevivência nos períodos negros da ditadura. Mas é absolutamente falso contrapor a análise rigorosa de texto com a atividade filosófica. Uma análise estrutural de texto, por mais rigorosa que seja, se ela não for motivada por uma questão filosófica, será irrelevante, vai ser estéril. Outro ponto importante: houve uma especialização na década de 80, assustadora. Nós estamos correndo o risco de ter um especialista apenas na obra de um autor. Isso é a morte do pensamento. E é de uma inutilidade atroz. O sistema CAPES de pós-graduação é fundamental, e foi importantíssimo. Os grupos de avaliação começam a criar critérios que incentivaram a especialização. Critério que podem levar à especialização, ou podem beneficiar a especialização. Mas algo que foi visto como virtuoso até certo

ponto, começa a rodar em falso. Isso é o que está acontecendo com a própria pós-graduação hoje no Brasil. A CAPES acabou reforçando demais a especialização. O mundo, felizmente não é “picado”. Na filosofia, foi isso que aconteceu. Então hoje há um professor que só dá curso sobre um autor; algumas disciplinas não são propriamente disciplinas, fiam apenas em um autor. Será que isso forma bem? Não, não forma.

**REVISTA IDÉIAS:** *Foi essa a principal motivação de escrever sobre o ensino de filosofia?*

**RICARDO TERRA:** Foi. Houve um espaço criativo enorme no fim da década de 60 e início da década de 70. Depois, há uma queda. Eu tive aula de filosofia na graduação e na sala de aula estava presente entre nós um cara de terno preto. Ele levantava o braço e aparecia o cano do revólver. Essa situação não era agradável. A análise de texto foi mais uma estratégia de sobrevivência. Não que tivesse tudo muito borbulhante. Não. Foi uma maneira de manter um tanto a inteligência. Mas com o tempo a análise de texto começou a rodar em falso. Começou a haver uma dicotomia muito grande entre o trabalho acadêmico e a reflexão política, uma dicotomia entre as duas coisas: Esse era o problema. E, o que é grave, boa parte do que se fazia no plano político era ruim, porque não havia o treino para fazer bom pensamento político. Muita coisa feita fora da academia, por acadêmicos, foi frequentemente uma reflexão meio pífia. Isso foi radicalizando e atualmente estamos numa situação precária. Um teste interessante é perguntar a um pós-graduando o motivo pelo qual escolheu aquele pedacinho específico do clássico que vai trabalhar em sua tese. Ele não vai conseguir apresentar a relevância filosófica, política, estética ou científica de seu projeto. Os motivos vão ser ou práticos (eu aprendi aquela língua), ou psicológicos (eu gosto). Mas, junto com essa crise, há outra, que é o “blá-blá-blá”. Há também uma presença no espaço público de “intelectuais-filósofos” que não tem nenhum rigor, não trazem os instrumentos da filosofia para a reflexão sobre o presente. Tem um discurso

frouxo e pseudo-erudito para agradar a plateia. Por isso essa preocupação crescente com o ensino. Pessoalmente comecei a fazer alguns experimentos em cursos. O experimento é o seguinte: dei um curso sobre feminismo, mas não um curso exatamente sobre feminismo, era sobre Teoria Crítica e a questão da mulher. Escolhi uma série de textos. A primeira metade da aula o grupo tem que expor no máximo em meia hora e dirigir o debate durante uma hora. Não falo nada, só falo na segunda metade da aula e entro no debate que já havia sido feito. O tema que eu escolho são temas que dificilmente pode-se ficar só no texto, porque ele mexe, vêm dos exemplos do mundo. Isso leva a outra perspectiva. Não estou dizendo que todo curso tem que ser assim. Estou dizendo que alguns cursos funcionando assim seriam uma maneira de atualizar os textos, trazendo-os para o debate. Já ofereci um curso discutindo democracia participativa e coisas do gênero. Saem debates excelentes sobre orçamento participativo, sobre audiência pública, etc.

**REVISTA IDÉIAS:** *Essa foi a maneira que encontrou de trabalhar esses dois vieses, os temas, os problemas filosóficos, e a análise de texto?*

**RICARDO TERRA:** Sim. Por exemplo, como pensar a atitude do Adorno de chamar a polícia para tirar os estudantes do *Instituto de Pesquisa Social*? Se um estudante ler 20 textos e é incapaz de pensar uma questão, qual é a vantagem de ler esses 20 textos? Quando a análise é interna, muito especializada, ela pode levar a isso, a pessoa perde, o aluno perde, o estudioso perde a origem da questão. Se se lê Descartes sem saber o que está em causa, então o leitor virá uma espécie de relojoeiro, mas que não sabe para que serve o relógio. Houve um esgotamento, houve um período em que essa ilusão, de que a análise de texto era suficiente. Foi importante para certa resistência na década de 70. Depois levou a uma especialização excessiva e está levando a uma vacuidade.

**REVISTA IDÉIAS:** *Em que medida essa especialização se coadunou com os processos de avaliação de órgãos de fomento?*

**RICARDO TERRA:** Foi positivo [a criação do processo de avaliação] porque conseguiram melhorar o nível da pós-graduação no Brasil inteiro. Mas há o outro lado, o processo de especialização muito grande. Recordo-me que numa época se chegou a uma discussão interessante: as revistas são classificadas e tem uma espécie de nota em cada comitê. E a revista do CEBRAP [*Novos Estudos*] foi muito bem avaliada em sociologia, mas em filosofia, nem tanto. O resultado: um artigo do Giannotti na revista do CEBRAP não valeria muito. Entretanto, se publicado em uma revistinha porcaria de filosofia, não vou dizer o nome, o artigo valeria mais. Seria mais ou menos o seguinte, o Adorno diz “puxa vida, não vou publicar no *Zeitschrift [für Sozialforschung]* um artigo de filosofia porque a revista é interdisciplinar. Então vou ter que arrumar uma revistinha de filosofia para publicar”. Essa especialização tem problemas. Quero insistir: acho que sem avaliação a gente não teria um sistema de pós-graduação. Mas estão surgindo algumas patologias importantes. A especialização excessiva e o discurso não rigoroso tão trazendo um problema sério para a filosofia hoje.

**REVISTA IDÉIAS:** *No livro escrito em parceria com o prof. Marcos Nobre [Unicamp], “Ensinar Filosofia”, e em artigos recentes, o senhor defende a ideia de que, em determinado momento da história da filosofia no Brasil, se conseguiu unir rigor na pesquisa – na análise do conceito –, interdisciplinaridade e participação do intelectual-filósofo nos debates públicos. Que momento foi esse?*

**RICARDO TERRA:** É fundamental lembrar da *Revista Clima* onde também houve uma perspectiva interdisciplinar. Participavam o Antônio Cândido, dona Gilda [de Mello e Souza], Ruy Coelho, e muitos outros. Lembremos também do mítico “seminário Marx”, que era realizado com Fernando Henrique [Cardoso], o [Fernando] Novaes da História, Roberto Schwarz, o [José Artur] Giannotti, que era uma espécie de “metodólogo”, ou seja, o Giannotti dizia “olha, nós temos que ler o texto”, e isso foi importantíssimo. Mas, na origem, havia a dimensão



interdisciplinar para valer. Havia uma interação enorme entre esses intelectuais; e o teatro, o cinema, a literatura, por exemplo, o Roberto [Schwarz] fala disto, o país era inteligente na época (antes de 1969), havia uma circulação do teatro, e todas as ciências humanas, a filosofia, numa articulação muito grande. E depois do AI-5, a própria fundação do CEBRAP também tem esse espírito. No CEBRAP as disciplinas colaboraram estreitamente. Quando o CEDEC foi fundado, também a mesma coisa. O problema é que hoje nesses centros também há o processo de especialização. Perdemos interdisciplinaridade, há uma superespecialização. Havia uma época em que todos os alunos de filosofia da USP tinham que fazer uma cadeira de sociologia e uma de história. Havia também uma época em que a gente tinha uma cadeira de psicologia obrigatória para a filosofia. Isso desapareceu. Há algumas tentativas de escapar disso. Marcos Nobre e eu, no CEBRAP, criamos o grupo “Direito e Democracia”. Ora, não dá para fazer Teoria Crítica com superespecialização. Onde vai haver sobrevivência do pensamento crítico? É exatamente no movimento contrário à especialização.

**REVISTA IDÉIAS:** *Qual é o balanço da passagem dos anos 1970 para 1980, com a redemocratização do Brasil, a cerca da transformação da esfera pública e sua relação com o intelectual-filósofo. Como que a esfera pública começou a se reabrir naquele momento?*

**RICARDO TERRA:** Essa é uma questão interessante e difícil, mas sei que é provisório o que estou dizendo. A década de 70 foi dura demais. Houve uma grande participação, e uma discussão política com a redemocratização, mas a reflexão ficou aquém da política. Ela ficou aquém porque, talvez a ditadura tenha cortado o desenvolvimento intelectual da década de 1960 e início de 70. Há uma volta do espaço público, sim, mas pouco denso. Há o espaço público, mas a especialização levou a um grande empobrecimento. Há uma grande presença, no espaço público do movimento que esta na moda – e uma boa parte do espaço público é ocupada por essa perspectiva: uma crítica vaga e pretensamente total. São os

apocalípticos viúvos da revolução; como a revolução não veio, acham que tudo está perdido. Há uma espécie de competição para quem é mais apocalíptico. Isso está empobrecendo o espaço público.

**REVISTA IDÉIAS:** *Há uma abertura na esfera pública, mas...*

**RICARDO TERRA:** Ela é ocupada por posições que têm pouca densidade. Quais são os grandes temas que foram aprofundados no espaço público, sobre democracia, sobre segurança, sobre educação? Tenho a impressão de que o debate público é muito pobre, parte da responsabilidade é da universidade, que não está conseguindo fazer a passagem, a tradução. A especialização limitadora talvez esteja criando uma barreira. Uma Teoria Crítica interdisciplinar é assustadoramente minoritária. E essa perspectiva do marxismo chorão apocalíptico é que, vamos dizer, encanta mais o público. Mas acho que estamos com uma situação um tanto difícil. Também não sei, não teríamos condições de fazer agora uma análise correlata do que é o jornalismo nos anos 2000. Mas não é só a universidade que está com a especialização limitadora e pouco criativa, o próprio jornalismo está em crise. Por outro lado, o que espanta é a falta de grandes polêmicas. O espaço público ficaria enriquecido se houvesse polêmicas reais, profundas, que se desdobram, etc. Não há nenhum debate significativo, inclusive na filosofia. O que aparece da filosofia, no espaço público, é muito mais “blá-blá-blá”, ou “blá-blá-blá” ou a perspectiva apocalíptica, que cada vez mais está virando também um “blá-blá-blá”. Então, acho que a universidade não está cumprindo seu papel, ela está devendo para a sociedade.

**REVISTA IDÉIAS:** *Ela também está devendo uma ocupação mais densa?*

**RICARDO TERRA:** É. A universidade tem a obrigação de ter uma extensão inovadora, posição que ela não está ocupando. A universidade brasileira melhorou muito nas publicações, mas a relação da universidade com o setor produtivo, na forma de

patentes, por exemplo, é muito fraca. E é fraca também [com relação às] políticas públicas. Está crescendo muito no impacto de publicações. Se você pensar que São Paulo possui as melhores universidades do país. O que é visível da presença dessas universidades no debate público, em função da articulação, da crítica e melhoria das políticas públicas? Tem alguma coisa aí que está pegando mal. Talvez tenha sido um projeto brasileiro de fazer uma pós-graduação forte, etc. Maravilha. Mas esse projeto tem um problema: ele foi um projeto de produção de artigos, e boa parte da preocupação era na produção de artigos de qualidade. A qualidade do artigo é visto como o impacto de citações. Nada contra isso, mas ficou na sombra o impacto da universidade com relação ao setor produtivo, às políticas públicas e a cultura. A universidade tem uma responsabilidade crítica, no mínimo. Mas, o que ela faz? Ela não está refletindo sobre isso. Ela fornece quadros, dos vários partidos, para a administração de governos de vários partidos, mas isso não pode ser tudo. O modelo universitário brasileiro, repito, teve muito sucesso na pós-graduação teórica, mas este modelo não funciona direito na interface com o setor produtivo, com o setor político-administrativo e o cultural. Se compararmos com a Coreia [do Sul], o vínculo da universidade com o setor produtivo foi enorme, mas não tanto no setor político e social. Mas será que o Brasil não vai ter agora que fazer essa discussão? A universidade é caríssima, se for pensar que 10% do ICMS do estado de São Paulo é destinado para universidades estaduais. Ora, a ciência que as três universidades estão produzindo é enorme, tudo bem, mas qual é o impacto dessas três universidades no setor produtivo de São Paulo e nas políticas públicas? Estamos longe da filosofia? Não. A filosofia deveria estar aí. A filosofia não está absolutamente presente como pensamento da técnica, como crítica da burocracia, da burocratização; ela tem também um papel que não está cumprindo direito.

**REVISTA IDÉIAS:** *Em que medida o intelectual-filósofo também está deixando de cumprir esse papel, de pensar e discutir a relação entre universidade e sociedade, entre universidade e setor público?*

**RICARDO TERRA:** Ele não está também cumprindo. Boa parte deles [intelectuais-filósofos] tem uma mera tecnofobia; não tem uma reflexão forte sobre a técnica, uma reflexão forte sobre a democracia, uma reflexão forte sobre governança, etc. O que se tem mais da filosofia no espaço público realmente é essa visão apocalíptica do marxismo chorão, “tudo se perdeu”, “estamos em campos de concentração”, “estamos ainda na ditadura”, e coisas do gênero. É uma mera repetição de uma moda internacional e que consegue apreender muito pouco de nossa situação específica.

**REVISTA IDÉIAS:** *Falta alguma motivação, talvez, para se ocupar esse espaço?*

**RICARDO TERRA:** Sim. Ou seja, acho que há certa pobreza política na universidade. Uma pobreza política, e na filosofia uma enorme pobreza política (já que a gente está falando mais da filosofia). Há ambivalências não examinadas, espaços não ocupados, existem brechas não exploradas.

**REVISTA IDÉIAS:** *O senhor esboçou um contorno do que deveria ser o intelectual-filósofo. O senhor indicou em seus escritos recentes que este intelectual deveria ocupar uma posição no debate como tradutor e intérprete e que a filosofia deve ocupar um espaço de intermediação entre disciplinas tanto na universidade quanto na esfera pública. Isso implica que a filosofia deveria ter um comportamento interdisciplinar?*

**RICARDO TERRA:** Sim, essa é a concepção que estou defendendo da filosofia como Teoria Crítica. A filosofia, tal como a vejo, é interdisciplinar por natureza, servindo de mediação entre as diversas linguagens: Ela traduz. E ela traduz colocando uma questão fundamental, que é a da emancipação, que vai se articular e traduzir essas várias especialidades. Mas não é traduzir no vazio, na perspectiva da Teoria Crítica, ela vai traduzir colocando o fio vermelho do diagnóstico de época e examinando perspectivas de emancipação tendo consciência dos bloqueios da emancipação. É

necessário mostrar os bloqueios, mas também estudá-los. Não para ficar chorando diante deles, mas para procurar sinais de alguma brecha.

**REVISTA IDÉIAS:** *Essa versão “apocalíptica” do intelectual filósofo ganha muita guarida na mídia?*

**RICARDO TERRA:** É impressionante como a perspectiva de uma negação abstrata e geral atrai. Ela tem uma aparência de radicalidade. É muito estranho. Há alguns defensores dessa negação abstrata e radical que, ao mesmo tempo, fazem certa ação política sem fundamento. Mas fazem. E há certa inconsequência entre o discurso negativo geral e discursos específicos. Eles dizem que “estamos num campo de concentração”, mas ao mesmo tempo, pretendem lutar por direitos humanos ou direito das mulheres. Então por que agem? Qual é o elemento normativo para aquela luta específica que não cola com essa negação abstrata de tudo? Há certa incoerência nessas duas coisas. Mas essa ideologia da negação abstrata tem esse ar, essa aparência falsa de radicalidade. Esse gênero de intelectual acha que tem que competir na radicalidade, e ganha a parada aquele que formula de maneira mais abstrata e mais radical. É curioso. E a ação mesmo às vezes não tem absolutamente nada a ver com aquilo. Isso é grave na nossa esfera pública; esse discurso bem difuso e que não é compatível com lutas pontuais específicas. Ou pelo menos, aquelas lutas pontuais específicas não têm um fundamento normativo claro, justamente porque ela não é compatível com essa negação absoluta.

**REVISTA IDÉIAS:** *Sabemos que boa parte da pesquisa realizada no campo da filosofia é custeada pelas agências de fomento estatais, e muitos pesquisadores na área de filosofia e de humanas em geral criticam as formas de avaliação dessas agências. O senhor já tocou um pouco nesse assunto. Como avaliar essa relação entre pesquisa em filosofia e as exigências dessas agências? E como sair do que parece ser um dilema, depender das agências financiadoras e ao mesmo tempo poder criticá-las a respeito da avaliação?*

**RICARDO TERRA:** Como já disse, acho que houve uma posição fundamental na consolidação da pós-graduação brasileira em inúmeros aspectos. Mas agora isso tem que ser repensado, principalmente pelo efeito secundário da especialização excessiva. No caso da filosofia, talvez o problema maior tenha sido a redução dos prazos para mestrado. Talvez isso seja o problema maior que nós temos hoje. E é complicado também porque entendo que seja um problema para perspectiva das agências de fomento. As agências não podem administrar os prazos se houver uma diferença muito grande em cada subespecialidade e especialidade. E há certa tendência mundial em acabar com o mestrado. A manutenção do mestrado foi uma vitória das ciências humanas. Mas houve redução do período de bolsas. Outra dificuldade enorme das agências – mas veja, acho que não é só das agências brasileiras – é a avaliação de ciências sociais aplicadas, humanidades, letras e filosofia. Porque de um lado há uma pressão da avaliação com os critérios das ciências naturais. E nas ciências naturais há certos indicadores que são bastante razoáveis, que é analisar o artigo pela revista em que foi publicado, analisar a revista pela quantidade de citações [em] média. É claro que existem truques, um grupo cita outro e esse retribui, se autocita, etc. Mas também é possível fazer filtros para levar em conta esses truques. Não estou dizendo que nas ciências duras a coisa esteja resolvida, mas pelo menos é mais bem equacionada. No caso das humanas é bem mais complicado porque nós não temos como avaliar o impacto; poucas revistas têm as condições de contar citações. Para nós o livro é muito importante. E mais ainda, como estava defendendo antes, publicar em português é importante. É importante publicar no exterior? Sem dúvida. Mas é importante publicar em português. Nós temos que criar uma massa crítica de trabalhos de filosofia e de debate filosófico no Brasil, sem deixar de publicar no exterior. Mas, por outro lado, boa parte disso vai depender da própria comunidade filosófica. Acho muito fácil simplesmente dizer “as agências, as agências, as agências”. No caso da CAPES, existem comissões que são indicadas, são escolhidas pela CAPES, mas são escolhidas também pela

comunidade. Existe uma relação da ANPOF (Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia) com a comissão de avaliação da CAPES, que se reúnem, discutem, etc. A comunidade não pode só reclamar, mas tem também que propor, tem que inventar critérios e propô-los.

**REVISTA IDÉIAS:** *Estaria faltando à comunidade colocar em discussão, encaminhar propostas?*

**RICARDO TERRA:** Colocar em discussão, propor. Só reclamar e chorar sem dizer o que pode ser feito, não adianta. Por exemplo, o *Qualis* das revistas é feito pela própria comunidade. Ora, a comunidade tem que brigar para se ter um *Qualis* mais razoável; montar condições de assessoria com pareceres; medir a qualidade do livro pela editora, não dá. Se for para avaliar teria que ser por uma comissão com uma análise qualitativa. A questão é que no momento a situação não está ruim ainda, mas começaram a ocorrer alguns contingenciamentos de verbas. Antes o CNPq e a CAPES estavam com bastante dinheiro. É mais complicado falar da FAPESP porque eu participo do comitê. Só posso dizer que vejo uma enorme superioridade nos procedimentos da FAPESP comparando com as outras agências. Por isso sinto mais facilidade em falar da CAPES e do CNPq. Há um ponto complicado no CNPq, que é o número de bolsas de pesquisa não tem crescido. Isso cria tensões na comunidade, porque a bolsa de pesquisa do CNPq, de professores, não é só, claro, financeiramente importante para o professor, mas simbolicamente também. Cada vez mais é um elemento de avaliação do departamento a quantidade de bolsistas de pesquisa. O programa de bolsa de pesquisa é muito importante, o que quebra um pouco a ideia da isonomia absoluta. Alguém que produz mais pode ter uma bolsa. O “produzir mais” nós teríamos que qualificar. Mas acho que é interessante. Não acredito que os grandes problemas venham das agências. No nosso caso, os coordenadores dos cursos de pós-graduação e a ANPOF teriam que ser mais criativos na sua interlocução com o comitê de filosofia da CAPES, na avaliação, etc.